Banco Honda S.A.

CNPJ nº 03.634.220/0001-65

Rua Dr. José Áureo Bustamante, 377 - CEP 04710-090 - Santo Amaro - São Paulo - SP

Filiado à ANEF - Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013
(Em milhares de Reais)

ATIVO

	2014	2013
CIRCULANTE	2.211.966	1.543.297
Disponibilidades	480	430
Aplicações interfinanceiras de liquidez	110.099	136.527
Aplicações em operações compromissadas	110.099	136.527
Títulos e valores mobiliários	284	127
Títulos de renda fixa	284	127
Operações de crédito	2.033.639	1.350.337
Financiamentos - Setor privado	2.179.043	1.445.573
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	(145.404)	(95.236)
Outros créditos	56.152	46.426
Diversos	56.152	46.426
Outros valores e bens	11.312	9.450
Bens não de uso	4.629	4.178
Provisão para desvalorização	(1.997)	(2.092)
Despesas antecipadas	8.680	7.364
Realizável a longo prazo	1.398.180	1.093.441
Operações de crédito	1.237.390	954.225
Financiamentos - Setor privado	1.289.584	1.002.200
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	(52.194)	(47.975)
Outros créditos	151.613	129.554
Diversos	151.613	129.554
Outros valores e bens	9.177	9.662
Despesas antecipadas	9.177	9.662
Permanente	3.685	2.121
Investimentos	6	6
Outros investimentos	6	6
Imobilizado de uso	1.331	426
Outras imobilizações de uso	1.586	599
(Depreciação acumulada)	(255)	(173)
Diferido	-	8
Gastos de organização e expansão	2.126	2.126
(Amortização acumulada)	(2.126)	(2.118)
Intangível	2.348	1.681
Software	4.089	2.753
(Amortização acumulada)	(1.741)	(1.072)
TOTAL DO ATIVO	3.613.831	2.638.859

PASSIVO

	2014	2013
CIRCULANTE	1.983.188	1.357.313
Depósitos	1.711.123	1.235.176
Depósitos interfinanceiros	1.694.301	1.225.024
Depósitos a Prazo	16.822	10.152
Recurso de aceites e emissão de títulos	202.512	45.049
Recursos de Letras Imo/Hip/de créditos e Similares	202.512	45.049
Outras obrigações	69.553	77.088
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	758	1.144
Fiscais e previdenciárias	52.283	58.555
Diversas	16.512	17.389
Exigível a longo prazo	980.497	813.449
Depósitos	957.380	600.284
Depósitos interfinanceiros	948.411	599.017
Depósitos a Prazo	8.969	1.267
Recurso de aceites e emissão de títulos	2.710	190.627
Recursos de Letras Imo/Hip/de créditos e Similares	2.710	190.627
Outras obrigações	20.407	22.538
Diversas	20.407	22.538
Resultados de exercícios futuros	110.601	17.586
Receitas de exercícios futuros	110.601	17.586
Patrimônio líquido	539.545	450.511
Capital Social:		
De domiciliados no país	344.387	344.387
Reserva de lucros	195.158	106.124
TOTAL DO PASSIVO	3.613.831	2.638.859

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013
(Em milhares de Reais)

	Capital realizado	Reserva de lucros - Legal	Reserva de lucros - Outras	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	220.424	13.023	182.080	-	415.527
Aumento de capital	123.963	-	(123.963)	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	34.984	34.984
Destinações do lucro:					
Reservas especiais de lucros	-	-	33.235	(33.235)	-
Reserva legal	-	1.749	-	(1.749)	-
Saldos em 30 de junho de 2013	344.387	14.772	91.352	-	450.511
Saldos em 31 de dezembro de 2013	344.387	16.419	122.643	-	483.449
Lucro líquido do semestre	-	-	-	56.096	56.096
Destinações do lucro:					
Reservas especiais de lucros	-	-	53.291	(53.291)	-
Reserva legal	-	2.805	-	(2.805)	-
Saldos em 30 de junho de 2014	344.387	19.224	175.934	-	539.545

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Semestres 2014	Semestres 2013
Receitas da intermediação financeira	332.824	242.679
Operações de crédito	328.325	239.806
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	4.499	2.873
Despesas da intermediação financeira	(206.442)	(139.833)
Operações de captação no mercado	(136.228)	(81.320)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(70.214)	(58.513)
Resultado bruto da intermediação financeira	126.382	102.846
Outras receitas/(despesas) operacionais	(33.023)	(44.647)
Receita de prestação de serviços	47.240	34.634
Outras despesas administrativas	(63.932)	(60.876)
Despesas de Pessoal	(7.158)	(5.911)
Despesas tributárias	(13.490)	(10.680)
Outras receitas operacionais	14.452	11.507
Outras despesas operacionais	(10.135)	(13.321)
Resultado operacional	93.359	58.199
Resultado não operacional	(1)	(2)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	93.358	58.197
Imposto de renda	(30.935)	(27.669)
Contribuição social	(18.613)	(16.646)
Ativo fiscal diferido	12.286	21.102
Lucro líquido do período	56.096	34.984
Lucro líquido por ação do capital social - em R$	2,03	1,27

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013
(Em milhares de Reais)

	Semestres 2014	Semestres 2013
Lucro líquido do período ajustado	159.442	118.805
Lucro líquido do período antes do imposto de renda e contribuição social	93.358	58.197
Depreciações e amortizações	427	312
Despesa com provisões contingentes	(4.729)	1.685
Constituição de provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	70.214	58.513
Constituição/(Reversão) da provisão para desvalorização BNDU	172	98
Variação de ativos e obrigações	(330.426)	(469.425)
(Aumento)/redução em operações de crédito	(283.145)	(390.435)
(Aumento)/redução em outros créditos e outros valores e bens	21.254	(6.399)
Aumento/(redução) em outras obrigações	(19.641)	(2.409)
Aumento/(redução) em resultado de exercícios futuros	22.913	(1.071)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(71.807)	(69.111)
Atividades operacionais - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(170.984)	(350.620)
Alienação de imobilizado de uso	1.455	533
Aquisição de imobilizado de uso	(1.072)	(408)
Aplicações no intangível	(937)	(217)
Atividades de investimento - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(554)	(92)
Aumento/(redução) em depósitos	258.640	338.226
Aumento/(redução) em recurso de aceites e emissão de títulos	(40.692)	9.654
Atividades de financiamentos - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	217.948	347.880
Aumento/diminuição líquido de caixa e equivalente de caixa	46.410	(2.832)
Saldo de caixa e equivalentes no início do período	64.453	139.916
Saldo de caixa e equivalentes no final do período	110.863	137.084
Aumento/(diminuição) líquido de caixa e equivalente de caixa	46.410	(2.832)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013
(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Honda S.A. (Banco) autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), iniciou suas atividades no ano de 2000, para operar como banco múltiplo com operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras de investimentos e de crédito, financiamento e investimento de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. A atividade operacional do Banco consiste, principalmente, no financiamento de veículos, através da modalidade do crédito direto ao consumidor, portanto com alienação fiduciária do bem, como garantia real das operações. A partir de setembro de 2012 o Banco iniciou as operações do produto Floor Plan que consistem no financiamento de veículos para as concessionárias.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e para elaboração das demonstrações financeiras emanam das disposições da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen, e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), regulamentados pelo Bacen até o momento.

a. Apuração do resultado

A apuração das receitas e das despesas obedece ao regime de competência.

b. Estimativas contábeis

Ativos e passivos sujeitos a estimativas contábeis incluem o valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o ativo fiscal diferido e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. O Banco revisa as estimativas e as premissas mensalmente.

c. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

d. Ativo circulante e realizável a longo prazo

Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em operações compromissadas e títulos e valores mobiliários, cujos vencimentos das operações na data da efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Bacen, que requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda provável). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 4d.

Créditos tributários

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade do Banco e as expectativas de resultados futuros, e referem-se, principalmente, às diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e da contribuição social. Os créditos tributários foram constituídos à alíquota de 15%, acrescida de 10% de adicional para o imposto de renda e de 15% para a contribuição social. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e da reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Ativos contingentes

O Banco reconhece ativos contingentes somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. O Banco não apresenta ativos contingentes reconhecidos em 30 de junho de 2014 e 2013.

Despesas antecipadas

As despesas antecipadas de comissões pagas pela intermediação de concessão de operações de crédito são registradas na abertura do crédito e apropriadas ao resultado pelo prazo dos contratos.

Outros ativos

São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) auferidos e, quando aplicável, ajustados aos valores de mercado ou de realização.

e. Ativo permanente

Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:

- Depreciação dos custos dos bens do imobilizado, é reconhecida pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: sistema de processamento de dados, 20%; veículos, 20%; e demais equipamentos, 10%.
- Diferido representado por gastos com aquisições e desenvolvimento de sistemas é amortizado pelo prazo de cinco anos.
- Intangível representado por *software* contabilizado após a entrada em vigor da Carta-Circular nº 3.357 do Banco Central do Brasil, com vida útil definida e cuja utilização trará benefício econômico futuro, é amortizado pelo método linear à taxa de 20% ao ano.

f. Passivo circulante e exigível a longo prazo

Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social é constituída sobre bases tributáveis às seguintes alíquotas:

- Imposto de renda: 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 120 no semestre.
- Contribuição social: 15% sobre o lucro tributável.

Passivos contingentes e obrigações legais

Os passivos contingentes são contabilizados com base em informações dos assessores jurídicos e no histórico de perda referente aos valores reivindicados em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, para processos classificados com perda provável. Para os processos classificados com perda possível, é realizada a divulgação dos valores.

As obrigações legais, cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas.

Outros passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias (em base *pro rata* dia) incorridas.

3. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Representadas por operações compromissadas:

	2014	2013
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	110.099	136.527
	110.099	136.527

4. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a. Composição da carteira de crédito por setor de atividade

	2014	2013
Setor privado:		
Indústria	1.225	658
Comércio	183.353	128.255
Outros serviços	7.543	5.724
Pessoa física	3.276.506	2.313.136
	3.468.627	2.447.773

b. Composição da carteira de crédito por prazo de vencimento das parcelas

	2014	2013
Vencidos (*)	73.963	40.140
A vencer		
De 1 a 90 dias	677.778	504.691
De 91 até 360 dias	1.427.302	900.742
A vencer após 360 dias	1.289.584	1.002.200
	3.468.627	2.447.773

(*) Parcelas vencidas após 14 dias.

c. Concentração do risco de crédito

	2014	2013
Dez maiores devedores	61.228	47.571
Demais devedores	3.407.399	2.400.202
	3.468.627	2.447.773

Em 30 de junho de 2014, o saldo do maior devedor é de R$ 11.773 (R$ 7.464 em 30 de junho de 2013).

d. Composição da carteira de operações de crédito e correspondente provisão para créditos de liquidação duvidosa por níveis de risco estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil

2014

Nível de risco	Percentual de provisão - %	Curso Normal	Curso Anormal (*)	Valor da carteira	Provisão
AA	0,0	3.308	-	3.308	-
A	0,5	1.870.605	-	1.870.605	9.353
B	1,0	486.193	32.973	519.166	5.192
C	3,0	703.767	65.223	768.990	23.070
D	10,0	37.049	54.575	91.624	9.162
E	30,0	11.666	35.314	46.980	14.094
F	50,0	13.962	27.910	41.872	20.936
G	70,0	4.473	29.829	34.302	24.011
H	100,0	7.210	84.570	91.780	91.780
Total		3.138.233	330.394	3.468.627	197.598

2013

Nível de risco	Percentual de provisão - %	Curso Normal	Curso Anormal (*)	Valor da carteira	Provisão
AA	0,0	72.558	-	72.558	-
A	0,5	1.044.039	-	1.044.039	5.220
B	1,0	401.809	24.277	426.086	4.261
C	3,0	631.143	50.642	681.785	20.454
D	10,0	31.833	42.758	74.591	7.459
E	30,0	9.592	26.918	36.510	10.953
F	50,0	4.396	19.078	23.474	11.737
G	70,0	2.482	16.194	18.676	13.073
H	100,0	5.244	64.810	70.054	70.054
Total		2.203.096	244.677	2.447.773	143.211

(*) Inclui operações vencidas há mais de 14 dias.

e. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no período

	Semestre 2014	Semestre 2013
Saldo inicial	179.140	130.493
Constituição no período	70.214	58.513
Créditos baixados como prejuízo	(51.756)	(45.795)
Saldo final	197.598	143.211
Recuperação de créditos baixados	(5.593)	(4.854)

Os créditos renegociados no semestre foram de R$ 2.237 (R$ 1.246 em 30 de junho de 2013).

5. OUTROS CRÉDITOS

	2014	2013
Crédito tributário (Nota 11c)	188.284	158.832
Imposto de renda a compensar	11.559	9.112
Valores a receber de sociedades ligadas	6.194	6.785
Devedores diversos - País	1.013	616
Devedores por depósitos em garantia	423	389
Outros	292	246
	207.765	175.980
Circulante	56.152	46.426
Realizável a longo prazo	151.613	129.554

6. DEPÓSITOS

	2014	2013
Depósitos interfinanceiros	2.642.712	1.824.041
Circulante	1.694.301	1.225.024
Exigível a longo prazo	948.411	599.017
Instituições financeiras - Não ligadas	2.642.712	1.824.041
De 1 a 90 dias	676.377	467.596
De 91 até 360 dias	1.017.924	757.428
A vencer após 360 dias	948.411	599.017

Conforme gestão de fluxo de caixa e de liquidez do Banco, não existe previsão ou programação para resgate antecipado dos depósitos interfinanceiros.

	2014	2013
Depósitos a prazo	25.791	11.419
Circulante	16.822	10.152
Exigível a longo prazo	8.969	1.267
Instituições financeiras - Não ligadas	25.791	11.419
De 91 até 360 dias	16.822	10.152
A vencer após 360 dias	8.969	1.267

7. RECURSO DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

	2014	2013
Letras financeiras	205.222	235.676
Circulante	202.512	45.049
Exigível a longo prazo	2.710	190.627
Instituições financeiras - Não ligadas	205.222	235.676
De 1 a 90 dias	52.645	-
De 91 até 360 dias	149.867	45.049
A vencer após 360 dias	2.710	190.627

As letras financeiras são classificadas de acordo com seus vencimentos contratuais, foram efetivadas dentro da regulamentação vigente e com taxas de juros de acordo com as praticadas pelo mercado interbancário.

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2014	2013
Fiscais e previdenciárias	52.283	58.555
Provisão para passivos contingentes (Nota 9)	24.164	28.951
Credores diversos - País	2.457	3.099
Taxa de registro - Alienação a pagar	3.540	1.965
Contas a pagar	3.130	2.808
Valores a pagar às sociedades ligadas	1.480	1.307
Despesas de pessoal	1.370	1.046
Comissão a pagar	769	742
Outras	767	1.153
	89.960	99.626
Circulante	69.553	77.088
Exigível a longo prazo	20.407	22.538

A rubrica de "Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias" referem-se principalmente à provisão para imposto de renda e contribuição social e imposto de renda e contribuição social diferido sobre resultado de exercícios futuros.

9. PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis e outros assuntos, cujos riscos de perda foram classificados como provável por nossos assessores jurídicos, como segue:

	2014	2013
Provisão para contingências cíveis	18.388	22.678
Provisão para contingências trabalhistas	5.648	6.184
Provisão para contingências tributárias	128	89
Saldos em 30 de junho	24.164	28.951

a. Movimentação dos processos

	Dezembro de 2013 - Saldo inicial	1º Semestre de 2013 - Adição à provisão	Utilização	Reversão	Saldo final
Provisão para contingências cíveis (i)	23.470	4.529	5.360	4.251	18.388
Provisão para contingências trabalhistas (ii)	5.314	1.302	968	-	5.648
Provisão para contingências tributárias (iii)	109	19	-	-	128
Saldos	28.893	5.850	6.328	4.251	24.164

(i) Refere-se a ações judiciais movidas contra o Banco que objetivam discutir produtos, serviços e relações contratuais. A maioria dos processos tem cunho indenizatório (dano moral e material) e revisão de contratos de crédito, sendo em sua maior parte do juizado especial cível e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos.

(ii) Refere-se a processos trabalhistas em sua maioria a ações ajuizadas por ex-empregados e terceirizados com o objetivo de obter indenizações relativas às reclamações de direitos trabalhistas.

(iii) Refere-se a processo tributário sobre a diferença do índice de contribuição do Fator Acidentário de Prevenção (FAP).

O Banco possui outros processos judiciais cujos riscos de perda foram classificados como possível por nossos assessores jurídicos, no total de R$ 457 em 30 de junho de 2014 de natureza tributária (R$ 458 em 30 de junho de 2013).

10. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Referem-se a receitas de operações de crédito recebidas antecipadamente que serão reconhecidas conforme os prazos dos contratos de financiamento, líquidas dos impostos.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações nos semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013

	2014 IRPJ	2014 CSLL	2013 IRPJ	2013 CSLL
Resultado antes da tributação	93.358	93.358	58.197	58.197
Adições temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	70.214	70.214	58.513	58.513
Provisão para contingências	5.850	5.850	8.726	8.726
Outras adições	1.245	1.245	5.116	5.116
Exclusões				
Créditos irrecuperáveis	(23.731)	(23.731)	-	-
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	(6.353)	(6.353)	(5.409)	(5.409)
Reversão/utilização da provisão para contingência	(10.579)	(10.579)	(7.041)	(7.041)
Outras exclusões	(5.918)	(5.918)	(7.128)	(7.128)
Valor-base para tributação	124.086	124.086	110.974	110.974
Alíquota-base	18.613	18.613	16.646	16.646
Alíquota adicional	12.396	-	11.086	-
PAT	(74)	-	(63)	-
Imposto de renda e contribuição social no semestre	30.935	18.613	27.669	16.646
Despesa de imposto de renda e contribuição social no semestre	30.935	18.613	27.669	16.646

b. Movimentação da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	2014 IRPJ	2014 CSLL	2013 IRPJ	2013 CSLL
IRPJ e CSLL devidos no semestre	30.935	18.613	27.669	16.646
Realização do crédito tributário diferido	11.645	6.987	4.894	2.937
Constituição do crédito tributário diferido	(19.324)	(11.594)	(18.083)	(10.850)
Total de imposto de renda e contribuição social	23.256	14.006	14.480	8.733

c. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2014 e 2013

	2014 IRPJ	2014 CSLL	2013 IRPJ	2013 CSLL
Adições temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	197.598	197.598	143.211	143.211
Provisão para contingências	24.164	24.164	28.951	28.951
Créditos baixados como prejuízo	246.419	246.419	222.205	222.205
Outros	2.530	2.530	2.713	2.713
Total da base dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	470.711	470.711	397.080	397.080
Total do crédito tributário	117.678	70.606	99.270	59.562

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social estão contabilizados na rubrica "Outros créditos - Diversos" - no circulante e no realizável a longo prazo.

d. Realização dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2014

Primeiros cinco anos	2014	2015	2016	2017	2018
Imposto de renda					
Adições temporárias:					
Provisão para operações de crédito	18.354	5.219	1.662	357	6
Provisão para contingências	939	1.385	968	578	719
Créditos baixados como prejuízo	4.396	8.807	12.101	19.434	16.867
Outros	-	-	133	-	-
	23.689	15.411	14.864	20.369	17.592
Contribuição social					
Adições temporárias:					
Provisão para operações de crédito	11.013	3.131	997	214	4
Provisão para contingências	564	831	581	347	431
Créditos baixados como prejuízo	2.637	5.284	7.261	11.661	10.120
Outros	-	-	80	-	-
	14.214	9.246	8.919	12.222	10.555
Total de créditos tributários em 30 de junho de 2014	37.903	24.657	23.783	32.591	28.147

Últimos cinco anos	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Imposto de renda						
Adições temporárias:						
Provisão para operações de crédito	1	18.121	5.680	-	-	49.400
Provisão para contingências	411	350	292	207	192	6.041
Créditos baixados como prejuízo	-	-	-	-	-	61.605
Outros	499	-	-	-	-	632
	911	18.471	5.972	207	192	117.678
Contribuição social						
Adições temporárias:						
Provisão para operações de crédito	-	10.872	3.408	-	-	29.639
Provisão para contingências	247	210	175	124	115	3.625
Créditos baixados como prejuízo	-	-	-	-	-	36.963
Outros	299	-	-	-	-	379
	546	11.082	3.583	124	115	70.606
Total de créditos tributários em 30 de junho de 2014	1.457	29.553	9.555	331	307	188.284

O valor presente destes créditos tributários monta a R$ 136.035 em 30 de junho de 2014 (R$ 117.936 em 30 de junho de 2013), considerando-se a taxa Selic de 11,00% a.a.

Os critérios de constituição e realização de créditos tributários estão assim apresentados:

- A constituição do crédito tributário foi efetuada com base nas adições temporárias no período corrente.
- A realização do total de créditos tributários constituídos existentes em 30 de junho de 2014 foi estimada de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, expectativa de recuperação dos créditos baixados como prejuízo, vencimento da carteira de crédito e o desfecho das provisões para contingências que são de: 20,13% no ano de 2014; 13,10% no ano de 2015; 12,63% no ano de 2016; 17,31% no ano de 2017; 14,95% no ano de 2018; 0,77% no ano de 2019; 15,70% no ano de 2020; 5,07% no ano de 2021; 0,18% no ano de 2022 e 0,16% no ano de 2023. Essas estimativas serão revisadas anualmente.
- Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, baseado em estudo técnico, que considera as expectativas da Administração quanto à realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias da instituição e indicadores econômico-financeiros.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social do Banco está representado por 27.600.000 ações (27.600.000 ações em 30 de junho de 2013) ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas por acionistas domiciliados no País.

- Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

13. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2014	2013
Serviços de terceiros	32.051	26.640
Despesas de comissão	16.840	15.453
Serviços técnicos especializados	5.369	5.268
Despesa de cartório	2.274	3.091
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.253	1.774
Despesa de processamento de dados	1.388	1.661
Despesa de promoções e relações	37	36
Despesa com propaganda/publicidade	4	3.445
Outras despesas administrativas	3.716	3.508
	63.932	60.876

14. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2014	2013
Reversão/utilização de outras provisões operacionais (Nota 9 a)	10.579	7.041
Reversão de provisões diversas	2.351	1.281
Reversão de desvalorização BNDU	831	1.773
Reembolso de despesa BNDU	683	1.350
Outras	8	62
	14.452	11.507

15. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2014	2013
Provisão para contingências	5.832	8.709
Desvalorização de BNDU	1.003	1.871
Desconto concedido	1.514	119
Indenização ações contrárias	878	1.699
Despesas c/ despachante	238	869
Outras	670	54
	10.135	13.321

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a. A controladora direta do Banco é a Honda South América Ltda., sendo a controladora final a Honda Motors Co., com sede no Japão. As transações com partes relacionadas restringem-se a operações de incentivo à venda de produtos fabricados por estas empresas e utilização de bens imóveis, todos devidamente suportados por contratos entre as partes, controladas pela mesma controladora do Banco.

1º Semestre	2014 Ativo (passivo)	2014 Receita (despesa)	2013 Ativo (passivo)	2013 Receita (despesa)
Honda Automóveis do Brasil Ltda.				
Valores a receber	6.095	-	6.488	-
Valores recebidos antecipadamente	(106.286)	57.572	(24.370)	19.540
Moto Honda da Amazônia Ltda.				
Valores a receber	64	-	250	-
Valores recebidos antecipadamente	(1.393)	1.557	(2.863)	2.021
Aluguel de imóvel	(19)	(112)	(17)	(105)
Outras despesas	(9)	(52)	(9)	(52)
Honda Serviços Ltda.				
Prestação de serviço de assessoria administrativa	(1.452)	(9.434)	(1.272)	(8.928)
Valores a receber - Repasse	34	-	47	-
Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda.				
Aluguel de móveis e equipamentos	-	(432)	-	(446)

b. O Banco Honda dispõe de uma Política de Remuneração dos seus Administradores que prevê o pagamento de remuneração variável condicionada ao resultado do Banco, e qualquer remuneração deve ser aprovada sempre no exercício anterior ao do pagamento e se atendidos os quesitos mínimos previstos nesta Política.

No 1º semestre de 2014, o Banco Honda não efetuou pagamentos de remuneração variável aos seus Administradores e não há previsão de pagamento para o 2º semestre de 2014.

A Administração do Banco Honda recebe a remuneração fixa ou gratificações exclusivamente por outras empresas do Grupo nas quais desempenhe função equivalente.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 30 de junho de 2014 e 2013, o Banco não possuía saldos de instrumentos financeiros derivativos.

18. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Fundo de pensão

O Banco é patrocinador da PREVIHONDA - Sociedade de Previdência Privada de um plano de previdência aos seus funcionários e diretores na modalidade de contribuição definida. As contribuições aportadas ao plano no decorrer do semestre de 2014 somaram R$ 53 (R$ 37 no decorrer do 1º semestre de 2013), contabilizados na rubrica de despesa com pessoal.

b. Limite operacional

Em 30 de junho de 2014, o Índice de Basileia apurado pela instituição para o primeiro semestre de 2014 foi calculado em conformidade com a nova regulamentação do Banco Central do Brasil para cumprimento das regras prudenciais, conhecidas como Basileia III, ficando em 16,61% (21,49% em 30 de junho de 2013, conforme legislação vigente à época).

c. Ouvidoria

O Banco Honda dispõe de uma unidade de Ouvidoria com a incumbência de representar os clientes usuários dos produtos e serviços do Banco; para tanto, a Diretoria do Banco garante todas as condições para que o funcionamento da Ouvidoria seja pautado pela transparência, pela independência e pela imparcialidade no trato com os clientes e no acesso às informações que forem necessárias.

d. Gerenciamento de riscos

Para atendimento ao requerido nas Resoluções do CMN nºs 3.380/06, 3.464/07, 4.090/12, 3.988/11 e 3.721/09, o Banco dispõe de estrutura específica para gerenciamento de riscos, e as atividades são centradas no monitoramento e na gestão dos seguintes riscos:

- Operacional;
- De Mercado;
- De Liquidez;
- De Capital; e
- De Crédito.

Para nortear essas atividades, a Diretoria do Banco instituiu políticas específicas para Gestão de cada risco.

As descrições dessas estruturas estão evidenciadas no *site* do Banco, e os relatórios detalhados dessas atividades estão disponíveis na sua sede.

continua...

...continuação

Banco Honda

Banco Honda S.A.

CNPJ nº 03.634.220/0001-65

Rua Dr. José Áureo Bustamante, 377 - CEP 04710-090 - Santo Amaro - São Paulo - SP

Filiado à ANEF
Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras

A DIRETORIA

CONTADOR: ARIOVALDO LUIZ - CRC 1SP143390/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionista do **Banco Honda S.A. -** São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Honda S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do banco em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre, findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 22 de agosto de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0